

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JUÍNA: “UMA ANÁLISE DE CASO DOS PRODUTORES DA APROFEJU”Denise Peralta Lemes¹
Dério Garcia Bresciani²**Resumo**

O presente estudo se refere à investigação referente a agricultura familiar, praticada no município de Juína-MT, considerada uma atividades de extrema importância não só em nível local mas também nacional. Os procedimentos aplicados na fase da pesquisa junto ao referencial empírico se referem ao estudo direcionado a APROFEJU (Associação dos Produtores Feirantes de Juína) que se determina como o local de ocorrência do contato direto entre produtor rural e consumidor urbano. Nesta se dá a comercialização da produção *in natura*, em ambiente rural, normalmente em unidades de produção familiar rural. Dessa forma analisamos a visão dos diversos segmentos que atuam na agricultura familiar do município, em especial as dos produtores da APROFEJU, pois são responsáveis pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pela população da cidade, como verduras, legumes, feijão, dentre outros. A mão-de-obra vem da família do pequeno produtor que geralmente são os donos das pequenas propriedades onde é feita esta produção. Em alguns casos a produção é destinada, à subsistência da família, sendo os excedentes comercializados em locais como pequenas feiras, mercados e entidades, conforme foi analisado no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; APROFEJU; produtores, mão-de-obra.

Abstract

The following research aimed to understand the geomorphology in rural areas and the problems caused by the intense use of soil in agricultural practices such as leaching, soil compaction, erosion, and silting of riverbeds. The study was conducted at Munis Farm, located 8 km from the city of Juína, in the state of MT. The methodological approach used was bibliographic research and fieldwork. On November, 2nd; and November, 3rd 2009, there were visits to the farm, when photographic materials and interviews with the owner were conducted. In the study area, it is possible to observe the way environmental degradation and irregular management of soil contribute to decreased productivity and the development of a situation of non-sustainability, since the problems are diversified: erosion, leaching, compaction and contamination of the soil and groundwater, sometimes compromising the stay of man in rural areas. Considering a new model of sustainable society it is necessary to stimulate a new thought in the rural population and put it in a field of knowledge that shows how their practices can help improve or worsen the terms of use and availability of this important natural resource.

Keywords: Geomorphology, soil, erosion, agriculture, environmental degradation

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se atualmente que a agricultura familiar é responsável por 60% da produção dos alimentos consumidos pela sociedade brasileira, e isso se aplica também a nível local. Em vista deste fato o município deve voltar mais atenção a este assunto, devendo ser mais discutido e debatido no contexto de nosso município, e são estes os fatores que foram essenciais para escolha deste tema e também justificam o interesse no objeto de pesquisa.

Nesta perspectiva o estudo realizado objetivou analisar como está organizada e qual a importância da agricultura familiar para o município de Juína-MT através de uma análise de caso dos produtores da APROFEJU (Associação dos Produtores Feirantes de Juína). Também se propôs conhecer a

¹ Mestre em Geografia, Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena (AJES), Juína – MT. E-mail: deniseperaltalemes@yahoo.com.br

² Graduado em Geografia, Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena (AJES), Juína – MT. E-mail: deriogarbres@hotmail.com

realidade da APROFEJU e dos produtores que nela atuam, bem como analisar a participação da agricultura familiar para a economia do município, demonstrar os trabalhos realizados pelos órgãos e pessoas competentes voltados a agricultura familiar e APROFEJU.

Para atingir os objetivos propostos, no trabalho podem ser reconhecidos três momentos de estudo que estruturaram a investigação, onde se fez estudos de revisão teórica para a fundamentação, com base em bibliografias que auxiliaram na compreensão da temática em estudo. Desta fase resultou o primeiro capítulo do trabalho.

Em um segundo momento, constituído de duas fases, tem-se na primeira fase um breve relato da formação e a organização do município de Juína-MT procurando dar conhecimento sobre os fatos marcantes da agricultura no contexto da formação da cidade. Buscou-se também um breve histórico da APROFEJU e uma descrição da mesma, tendo-se na segunda fase deste momento, a investigação em si, dos resultados do trabalho de campo provenientes das visitas a feira de acordo com os objetivos propostos e da orientação advinda da revisão da literatura.

As informações e a organização dos dados, bem como as análises dos fatos, sua interpretação e a organização dos resultados e discussões acompanhadas de ilustrações que se fizeram necessárias, constitui-se desta forma o quarto capítulo. E por fim, na conclusão do estudo foi possível destacar a significância da APROFEJU para a economia tanto a nível nacional quanto no contexto municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O dicionário Aurélio define agricultura como arte de cultivar os campos, com vistas à produção de vegetais úteis ao homem; lavoura. Agricultura de subsistência seria a atividade agrícola que se destina apenas ao consumo dos próprios produtores. A afirmação da agricultura familiar deu-se com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso. Mas a prática da agricultura na humanidade já é bem mais antiga.

Após a descoberta pelos povos nômades na pré-história há cerca de 14 mil anos, de que as sementes retiradas das frutas que eles consumiam tinha a possibilidade de germinar a assim dar origem a novas plantas que produziam mais frutos para sua alimentação, o homem passa a ser capaz de através de seu conhecimento adaptar o meio a sua necessidade tem-se então o que poderíamos chamar do início da agricultura na história da humanidade.

Com a domesticação das plantas os colhedores nômades, formam as primeiras aldeias, e após a constituição social e estruturação das famílias que passam a residir e um determinado local no qual se colocam a plantar e a produzirem seus alimentos, desenvolvendo a atividade que hoje chamamos de agricultura de subsistência ou familiar temos início deste que vem a ser nosso ponto de estudo ao longo desta pesquisa onde tem-se que:

Abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção / rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados (CARMO, 1999, p.88)

Ou seja, analisando o trabalho de Carmo (1999), o referido autor nos mostra que a família produz para atender as suas necessidades e objetivos, e que passa a comercializar apenas aquilo que não será consumido, sendo assim produz através da comercialização de seus produtos uma renda extra a sua família para a aquisição de produtos que não são produzidos em sua propriedade. E de igual maneira a mão-de-obra e suprida pelos próprios membros da família. Em contradição a este fator temos que conforme um estudo feito na região sul do Brasil adotam a seguinte definição:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (BITTENCOURT; BIANCHINI, 1996, p.48).

Neste contexto, temos que conforme Bittencourt e Bianchini (1996), “mesmo que a produção tenha pessoas contratadas mesmo assim, se esta tiver 75% de advinda da família ainda sim estará se desenvolvendo uma agricultura de cunho familiar”. De igual maneira para que a família tenha sua propriedade como uma unidade de produção sua fonte de renda proveniente da atividade agrícola tem que ser mais 80%. Entretanto temos que:

Definem-se como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país (no caso da região sudeste, a área máxima por estabelecimento familiar foi de 384 ha). (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p.39),

Sendo assim percebemos que segundo Guanziroli e Cardim (2000), grande parte das definições de agricultura familiar utilizadas em pesquisas recentes sobre a temática, faz análise da mão-de-obra utilizada, do tamanho da propriedade, da direção dos trabalhos e no lucro gerado pela atividade agrícola. Os autores citados no mostram que em ambas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é dona dos meios de produção (com exceção da terra em alguns casos), a família é responsável principal para suprir a mão-de-obra na produção da propriedade.

Segundo Oliveira (2008), “entende-se a agricultura familiar como sendo aquela onde a família é responsável pelo empreendimento e por tudo que diz respeito a sua exploração”. Assim a gestão da unidade produtiva é realizada pelo proprietário e por sua família, uma vez que a mão-de-obra, representada pela força de trabalho dos membros da família que vive na unidade de produção familiar, o capital e o patrimônio (terra) pertence a eles.

Porém estudos como, por exemplo, o de Didonet (2003) nos mostra que hoje as atividades rurais estão inseridas e acompanham o sistema capitalista de mercados que não atua apenas como um agente econômico, mas e também como um agente organizacional e em alguns momentos político. Assim ao mesmo tempo em que a organização econômica privilegia grandes propriedades por serem capazes de fazer circular grandes capitais, as pequenas propriedades mantêm uma forma alternativa que lhes garante a sobrevivência e a reprodução socioeconômica do grupo familiar.

Para isto serve-se de um mercado pouco valorizado no contexto da circulação da grande quantidade de mercadorias e de capitais, embora de significativa importância que representa o abastecimento da população urbana local. Assim sendo:

É preciso destacar que a “agricultura familiar” ocupa 14 milhões de pessoas no país, equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos no país, equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos representam 75% das propriedades rurais, 25% das terras cultivadas e geram 35% da produção agrícola nacional. Uma diversidade de alimentos, em especial aqueles que são a base da dieta da população brasileira, originam-se das pequenas propriedades familiares. Seus estudos estimam que cerca de 31% do arroz, 70% do feijão e 49% do milho venha da “agricultura familiar”. (DIDONET, 2003, p.51)

Com base nesses dados percebemos que incentivar o trabalho dos pequenos produtores rurais familiares torna-se importante não apenas aos mesmos, mas trata-se também de uma questão de preservação da identidade social e econômica de grande parte dos brasileiros, que caso contrário estará à margem da agricultura globalizada que esta mais voltada ao mercado da monocultura de exportação, aumentando a quantidade de migrantes da zona rural para as periferias das cidades e diminuindo cada vez mais a oferta dos produtos que utilizamos em nossas casas todos os dias que em sua maior parte principalmente em nosso município vem dos agricultores das pequenas propriedades familiares (DIDONET, 2003).

Contudo as discussões sobre a importância socioeconômica da agricultura familiar na sociedade juinense torna-se bastante pertinente uma vez que é responsável pela produção dos alimentos dos municípios. A opção por uma definição dos agricultores familiares, ou a escolha de um critério para diferenciar as propriedades familiares das patronais não é um trabalho simples, principalmente pelo fato de a APROFEJU. Porém se torna evidente que a mão-de-obra e familiar e as propriedades possuem características de minifúndios, ou seja, são de pequeno porte, e também se fundamentam no tripé propriedade, trabalho e família.

3. DIFERENCIAÇÃO: UNIVERSO FAMILIAR VERSUS UNIVERSO PATRONAL

O universo agrário é extremamente amplo, tanto pela grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), como pela existência de tipos de agricultores distintos, que possuem interesses particulares, e métodos próprios de sobrevivência e de produção e que, portanto, reagem de maneiras diversificadas aos desafios e restrições semelhantes.

Na realidade, os diversos tipos de produtores são portadores de necessidades específicas que, veriam conforme o meio no qual atuam, fato que dificulta a criação de uma conclusão e ou definição econômica única e universal que, supostamente, caracterizaria a todos os trabalhadores. Daí a importância de identificar os principais tipos de produtores.

Apesar de não adentrar no imenso debate que envolve o tema, o estudo adotou critérios simples que busca classificar os produtores de um modo generalizado partindo das condições básicas do processo de produção, que demonstram, em boa tipologia, das diferentes variáveis encontradas. Mas apesar do foco da pesquisa ser a agricultura familiar, a própria definição deste universo implica na diferenciação dos agricultores não familiares ou patronais.

O universo familiar foi classificado pelos estabelecimentos que atendem, simultaneamente, aos seguintes critérios:

- a) Os trabalhos do estabelecimento são executados pelo produtor;
- b) A mão-de-obra familiar tende a ser superior a contratada.

Já a propriedade patronal seria o agronegócio, os grandes empreendimentos agropecuários destinados a produção em larga escala, que trabalha com uma economia que visa atender largos mercados, ela se difere da familiar em seu âmbito técnico, pois se utiliza de técnicas avançadas, tecnologia de ponta e biotecnologia aplicada ao melhoramento genético das sementes a serem utilizadas, sendo necessário na produção uma mão-de-obra mais preparada e instruída.

É interessante ressaltar que a agricultura familiar desenvolvida por aqueles produtores ainda conserva e muito o seu cunho de atividade tradicional fato que a diferencia da agricultura patronal, e que também a torna um ponto importante para as políticas de desenvolvimento social que devem se voltar à integração social dessas pessoas, mas que ao mesmo tempo deve respeitar a seu modo de vida como forma de conservação de uma classe social que conserva costumes antigos e muitas vezes empíricos no desenvolvimento do seu trabalho.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões "in loco", condicionadas pelas especialidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Quadro 1 – Características das agriculturas patronal e familiar

Fonte: Pesquisa FAO/INCRA (2003)

4. A FAMÍLIA E A MÃO-DE-OBRA

A agricultura familiar absorve grande parte da mão-de-obra do campo. As relações de parentesco é que estabelecem o cunho familiar ou não familiar da atividade agrícola. Não sem tem claro uma divisão dos lucros, salvo raras exceções. Na área de nosso município podemos visualizar na figura 1, que o número de pessoas ocupadas no campo com laços de parentesco variam entre 80% a 95%, fato que vem a reforçar a importância desta atividade na ocupação da mão-de-obra local. Esta ocupação de mão-de-obra é de baixo percentual apenas nas áreas as quais são reservas indígenas.

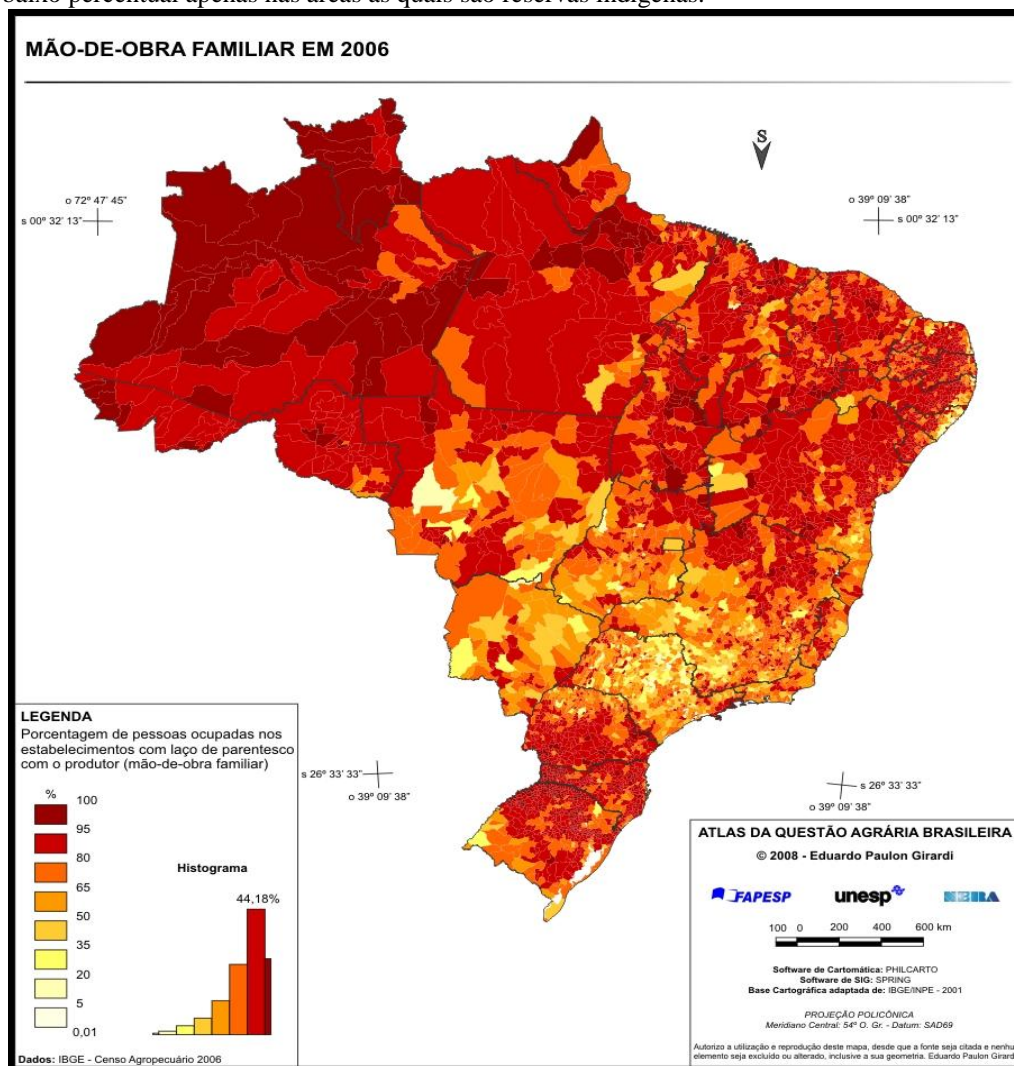


Figura 1 – Mapa da Mão-de-Obra familiar em 2006

Fonte: SECTEC (2009)

5. MATERIAL E MÉTODOS

No desenvolvimento do estudo houve a necessidade de se recorrer ao ordenamento de determinadas etapas do procedimento metodológico, de maneira que permitisse alcançar os objetivos.

Desta forma, na fase inicial realizou-se o levantamento teórico que possibilitou o entendimento da temática que este trabalho deveria tratar como agricultura familiar. Porém, a investigação teórica foi prosseguida mesmo nas outras etapas, entendendo que a qualquer momento poderiam surgir questões novas a serem discutidas.

Em seqüência das tarefas no procedimento metodológico foi realizada a elaboração das variáveis e, posteriormente, a coleta de dados das informações, que atenderam a duas formas distintas de coleta: direta e indireta. A coleta indireta diz respeito às informações adquiridas junto a órgãos oficiais como a AJOPAM (Associação Juinense Organizada para Ajuda Mutua) e Secretaria Municipal de Mineração e Meio Ambiente. A coleta direta se refere às entrevistas de campo junto aos produtores participantes APROFEJU município de Juína, como também junto a informantes considerados como chave, por exemplo, o presidente da Feira e o secretário da agricultura do município.

A pesquisa se deu em duas etapas distintas, primeiro houve a busca de bibliografias que conceituassem a agricultura familiar, buscando entender de forma clara as suas especificidades e características, para buscar nela o perfil do agricultor que faz que sua produção seja de cunho familiar. Existem conceitos contraditórios entre si muitas vezes, mas todos assumem concordância em dizer que a agricultura familiar deve ser entendida através da observação da unidade de produção e da origem da mão-de-obra que é aplicada para fazer com que haja produtividade.

Concluído essa etapa, desenvolveu-se a pesquisa de campo, onde procurou-se verificar de perto a APROFEJU, e buscar entender um pouco mais da dinâmica que a envolve, para então indagar os feirantes que nela atuam, buscando na visão particular de cada produtor uma visão universal que demonstre a feira além de um comércio, mas uma associação que busca pela coletividade atender os interesses individuais das pessoas que nela atuam assim como favorecer as necessidades da população conforme nos mostra Fernandes (2001):

O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese de que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e à luta dos pequenos agricultores. (FERNANDES, 2001, p.30).

Tivemos também a oportunidade de conhecer o universo familiar além da APROFEJU, foi visitado a uma propriedade familiar para captar imagens e visualizar e analisar os modo de produção e as suas características próprias da agricultura familiar.

6. COLETA DE DADOS E DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA DE CAMPO

A idéia inicial deste estudo era de entrevistar todos os produtores participantes da APROFEJU, entendendo que embora se tratasse de uma amostra pequena (acreditava-se que seria em torno de 20 produtores) estes caracterizariam a realidade dos produtores feirantes de Juína. Embora sendo este um número bastante reduzido, optou-se por mantê-lo para não perder o objetivo-foco de análise, centrado nos produtores rurais na APROFEJU. No caso da agricultura familiar, também considerada como unidade de produção familiar.

As entrevistas com os produtores foram realizadas através de entrevistas cujas questões eram semidirigidas, ou seja, as respostas não eram dadas de forma fechada. Durante a entrevista houve total liberdade para a resposta e a pergunta a ser estendida conforme o interesse do entrevistado e do entrevistador.

Além das questões inicialmente propostas, aos entrevistados foi dada total liberdade de responder ou não as perguntas e fazer comentários que consideravam pertinentes.

Por fim uma última entrevista foi realizada com o presidente da APROFEJU, a entrevista com este informante chave foi realizada por indicação de vários produtores e pelo interesse de relacionar a este trabalho uma visão mais ampla da associação haja visto este sendo o representante dos demais produtores possuir grandes conhecimentos sobre a mesma. Para esta entrevista foi constituído um questionamento inicial que permitiu que o entrevistado respondesse de maneira livre e aberta, pois se pretendia absorver o seu conhecimento sobre a questão das feiras e do produtor rural.

Na execução desta investigação também foram realizados trabalhos de campo, sendo os locais utilizados para tal procedimento a APROFEJU e propriedades rurais dos produtores entrevistados. Na primeira foram realizadas três visitas sendo duas para coleta de informações junto aos produtores e

consumidores e uma para fotografar o local. Com relação as visitas nas propriedades, o procedimento foi um pouco mais complexo.

No processo inicial seriam visitadas as unidades produtivas de todos os entrevistados, desta forma seriam vinte unidades de produção a familiar a serem visitadas. No entanto, devido preferência e indicação de alguns produtores foi realizada apenas uma visita e observação na propriedade do produtor Eugênio.

Esta etapa teve grande importância ao longo do estudo, pois possibilitou maior entendimento da realidade do local de estudo, completando o entendimento obtido nas entrevistas e comprovado as informações prestadas nas entrevistas.

Houve-se também a pesquisa da relação das principais sementes, ferramentas e venenosos pelos produtores utilizados e seus respectivos valores para aquisição, que foi feito na loja Multivet Comércio de Produtos agropecuários LTDA.

Em prosseguimento ao processo investigativo, as informações sofreram tratamento e realizada as análises necessárias ao atendimento dos objetivos propostos para o trabalho permitindo a compreensão da APROFREJU, suas manifestações, afirmações, diversidade de produção rural e de mercado consumidor.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1. RECONTANDO O PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE

A área onde hoje se encontra o município de Juína foi historicamente ocupada por povos indígenas das nações Cintalarga, Rikbatsa e Ena-Wenê-Nawê. O território do município de Juína abriga duas enormes áreas indígenas e ainda a Estação Ecológica Iquê-Juruena.

Sua ocupação foi possível apenas após a Construção da rodovia AR-1, que liga a cidade de Vilhena, no Estado de Rondônia, à de Aripuanã, pontos de difícil acesso na década de 1970, sendo conhecida por Terra Esquecida. O Projeto Juína foi muito ambicioso pois previa a implantação de uma cidade no meio da selva amazônica, foi idealizado por diretores e funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e diretores da SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, e foi formalizado a 23 de janeiro de 1976.

A colonização de Juína começou a partir de 1978, quando inúmeras famílias, especialmente do centro-sul do país, migraram para esta região. Em 1976, os trabalhadores de construção da AR-1, estavam a todo vapor, salvo os problemas naturais de períodos de chuvas.

Em 23 de janeiro do mesmo ano, ocorreu uma reunião no distrito de Fontanilhas, às margens do Rio Juruena, tendo como palco o hotel Fontanilhas onde hoje é a Pousa Recanto do Luar, que foi construído a mando do governador José Fragelli. Desta reunião participaram diretores da SUDECO e CODEMAT. Deste encontro surgiu a idéia de se formalizar o Projeto Juína. Identificadas as terras de maior fertilidade, definiu-se a área do projeto com aproximadamente 411 mil há. na região do Alto Aripuanã e Juína-Mirim, do km 180 a 280 da rodovia AR-1. O projeto elaborado em 1977 teve sua aprovação pelo INCRA através da portaria nº 904, de 19 de setembro de 1978.

O engenheiro Hilton Campos, detentor de grandes méritos da criação e colonização de Juína, não mediu esforços para levar os primeiros sinais de progresso à “Rainha da Floresta”, termo pelo qual é conhecida a cidade.

O projeto original previa a divisão da cidade em módulos conforme nos mostra a (figura 2). Cada módulo tinha 35 hectares, incluindo ruas e projetos urbanísticos. Os lotes mediam 12x40 m. e depois passaram a 15x40 m. O projeto que resultou no surgimento de Juína, foi considerado o maior êxito de Colonização na CODEMAT. O crescimento acelerado levou à criação do distrito de Juína, em 10 de junho de 1979, jurisdicionado ao município de Aripuanã. Juína passou a município em 9 de maio de 1982, com área de quase 30 mil quilômetros quadrados, desmembrado do município de Aripuanã.

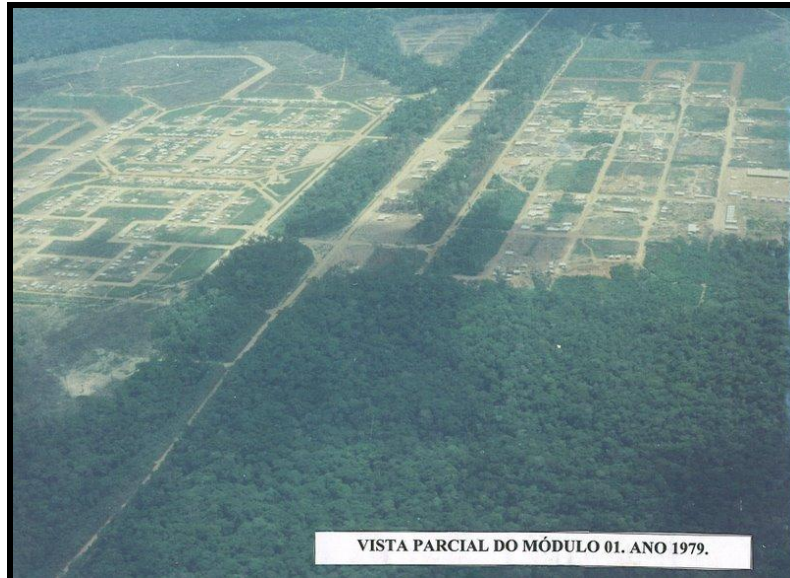


Figura 2 – Foto área da vista parcial do módulo 01

Fonte: Acervo Municipal (1979)

Consta ainda que o engenheiro Gabriel Müller, um entusiasta de Juína, foi um dos autores intelectuais do projeto, através de lei aprovada pelo Congresso Nacional por indicação e influência do então senador Filinto Müller, dando poderes ao Estado de Mato Grosso para a licitação da imensa área destinada ao futuro município de Juína.

A implantação foi no dia 31 de Janeiro, sendo primeiro prefeito eleito o professor Orlando Pereira. O setor agropecuário sofreu um duro golpe, pois a falta de operacionalidade da CooperJuína – Cooperativa Agropecuária Mista de Juína, que foi fundada em 1980 e no ano de 1988, contava com 2.335 associados, permitiu esta situação. Em 1988, foi criada a Delegacia Regional de Educação de Juína.

A partir de 1976, foram descobertas ricas jazidas diamantíferas na região, através de pesquisas identificadas pela SOPEMI – Sociedade de Pesquisas Minerais e pelo Projeto RADAMBRASIL. A garimpagem de diamantes acabou fazendo história em Juína.

Juína foi escolhida pelos irmãos Ben-Davi, compradores de diamantes, para a instalação da “Bolsa de Diamantes”, que adquiriu, por longos anos, considerável lote de gemas. O comércio diamantífero não escolhe lugar nem hora para ser realizado. Bastava sair nas ruas da cidade para se dar conta desta realidade. Até na estação rodoviária existem compradores de diamantes.

O município tem forte tendência para evolução no campo da agricultura e pecuária, e as culturas perenes de guaraná, seringueira, cacau, café, arroz, milho, etc. que tiveram incentivo na década de oitenta, encontravam-se em meados dos anos noventa, em franca decadência, haja visto a falta de compradores para a produção, que até então era garantida pelo governo militar através da CASEMAT (Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso) (Figura 3).



Figura 3 – Foto das antigas instalações da CASEMAT

Fonte: BRESCIANI, Dério Garcia (2009)

Ao longo de toda esta história esteve presente a agricultura familiar beneficiada pela riqueza do solo de bastante propício ao seu desenvolvimento. As famílias que aqui chegavam grande parte vindas da região sul do país, já tinham o hábito de cultivar em suas propriedades os alimentos necessários ao seu consumo e passaram a desenvolver plantações de frutas legumes e verduras e passaram a comercializá-las aos demais municípios. Deste ponto em diante falaremos especificamente da APROFEJU.

7.2. A ESTRUTURA DE APROFEJU

A história da APROFEJU, pode ser contada pela vinda do senhor Artur Peruzzo, que ao chegar ao município no ano de 1981 passa a produzir repolho e couve flor (Figura 4), juntamente com sua esposa, passando inicialmente a vendê-los de forma ambulante pelas ruas da cidade, nesta mesma época os primeiros produtores rurais que deram origem a APROFEJU passaram a se organizar a partir do ano de 1982 em um terreno próximo de onde atualmente se encontra o Supermercado Simionatto informação confirmada pelo presidente.



Figura 4 – Foto do Sr. Artur Peruzzo com sua produção de repolho e couve flor

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Artur Peruzzo (1984)

Conforme o passar do tempo já era grande o número de produtores e o terreno onde até então estavam já não comportava mais a todos, onde eles passam a instalar suas barraquinhas no terreno onde hoje é um campo em frente ao Hospital São Lucas. Neste mesmo período na gestão do Prefeito Orlando Pereira ele construiu a primeira cobertura e fez os primeiros boxes, para vendê-los individualmente aos produtores.

O Sr. Artur que já trabalhava em feiras no Paraná e já possuía certa experiência juntamente com os demais feirantes se uniram e formaram a Associação e conseguiram na Gestão do Prefeito Liceu Veronese a doação da estrutura e do terreno aos produtores, no local onde hoje é a feira. e posteriormente os produtores se uniram formaram a associação a ganharam da prefeitura terreno que esta atualmente localizada a feira municipal.

A estrutura inicial contava com algo em torno de 100 boxes e mais o pátio onde ficavam alguns produtores com suas camionetes. Uma das primeiras presidentes da feira foi a senhora que é conhecida como Maria pasteleira.

A feira passou por uma ampliação onde foi construído o segundo pavilhão e o primeiro pavilhão passou pela primeira reforma no ano de 2007. Inicialmente o recurso para bancar a reforma deveria ser dos próprios feirantes, mas a após várias reuniões a prefeitura assumiu a reforma e conseguiu recursos de fontes federais e municipais para realizá-la, entretanto o recurso não foi suficiente para os dois pavilhões, atendo-se apenas ao primeiro (Figura 5), ficando faltando a construção das calçadas do pátio, do muro, das rampas de chegada, do forro e da praça de alimentação que já é um sonho antigo.



Figura 5 – Foto da atual infra estrutura da feira após a reforma de 2007

Fonte: Acervo Municipal

7.3. A REALIDADE DOS FEIRANTES: ENTREVISTA COM OS PRODUTORES

No dia 01/11/2009 foi desenvolvida uma pesquisa com os produtores nas dependências da APROFEJU em horário de funcionamento, conforme o formulário de entrevista que consta no anexo 1. Através das entrevistas constatou-se que os membros da família que trabalham na produção variam entre 1 à 5 pessoas, em faixa etária que variam de 15 à 70 anos os que cursaram o maior nível de escolaridade atingiram o ensino médio completo, mas a grande maioria possui apenas o fundamental incompleto e alguns analfabetos. Do grupo de produtores entrevistados todos são sócios da APROFEJU, onde vendem seus produtos, uma parcela significativa além de comercializarem seus produtos na feira também os vende às escolas e aos mercados que revendem aos consumidores.

Ao serem perguntados sobre o fato de receberem ou não orientação de órgão voltados à agricultura ou assistência técnica especializada os produtores foram unânimes em dizerem que não, e afirmam contar apenas com os próprios conhecimentos empíricos aprendidos de geração a geração e através da prática da atividade agrícola.

Todos os entrevistados são donos das propriedades na qual fazem sua plantação. As distâncias das propriedades estão entre os 5 a 20 km, fato que torna mais difícil o transporte dos produtos. Os tamanhos das propriedades rurais variam de 7 a 160 hectares. Muitos já possuem camionetes com carroceria e uma pequena parte ainda utiliza-se apenas do transporte de tração animal para trazerem seus produtos até a feira.

Os produtores da APROFEJU produzem uma grande variedade de produtos em variedades de fruta, verduras e legumes, conforme constatados nas pesquisas e esses produtos são vendidos a preços bastante acessíveis.

O trabalho realizado por eles é restritamente familiar não havendo a contratação de mão-de-obra para o desenvolvimento dos trabalhos. A renda destes produtores unicamente proveniente da agricultura familiar, os seus ganhos mensais variam em torno de 2 a 6 salários mínimos (conforme salário mínimo em vigor de R\$ 460,00).

7.4. A REALIDADE DE UMA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR

As propriedades familiares do município são propriedades simples (Figura 6) que produzem uma grande variedade de produtos, conforme a especialidade de cada produtor. Algumas já se utilizam de técnicas de irrigação (Figura 7), e outras ainda fazem este trabalho manualmente, ou com o auxílio de mangueiras. No caso da propriedade visitada a do Sr. Eugenio, ele já se utiliza de um pequeno trator para

arar a terra, para formar seus canteiros para a plantação de couve, cebolinha, rúcula e batata doce dentre outros.



Figura 6 – Imagem da propriedade familiar do produtor Eugenio Roque Bones
Fonte: BRESCIANI, Dério Garcia (2009)



Figura 7 – Imagem da propriedade familiar do produtor Eugenio Roque Bones
Fonte: BRESCIANI, Dério Garcia (2009)

7.5. DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Alguns produtores buscam além da produção de frutas, legumes e verduras, desenvolvem a produção de outras culturas para gerar uma renda extra, como é o exemplo da plantação de palmito da pupunha e o café (Figura 8). A também os que desenvolvem atividades voltadas a pecuária na criação de gado leiteiro, suínos, aves e a criação de abelhas (Figura 9). Essas atividades são realizadas dentro da propriedade, contudo uma pequena parte dos produtores da APROFEJU, as fazem haja visto custo de implantação da infra estrutura para desenvolvimento destas atividades, e no caso do café muitas vezes depende da contratação de mão-de-obra extra familiar. A plantação do palmito é uma atividade

incentivada pela Secretaria de agricultura, que disponibilizou aos produtores uma pequena indústria que prepara os produtos para ser comercializado em outros municípios e estados. A AJOPAM incentiva a produção de mel, produto bastante procurado também pelo mercado externo.



Figura 8 – Imagem da propriedade familiar do produtor Eugenio Roque Bones

Fonte: BRESCIANI, Dério Garcia (2009)



Figura 9 – Imagem da propriedade familiar do produtor Eugenio Roque Bones

Fonte: BRESCIANI, Dério Garcia (2009)

8. Considerações Finais

Segundo estudo da FAO/Incrá, existem 4.140.000 agricultores familiares no País. Esse enorme contingente de trabalhadores "com-terra" detém 30,5% da área e gera 38% do valor da produção rural. Ocupa 77% da mão-de-obra no campo, somando 13,8 milhões de pessoas, metade delas no Nordeste. Este é o perfil geral da agricultura familiar no País, estes dados nos provam que a agricultura familiar está longe de ser fadada ao desaparecimento, devendo para isso absorver e realizar progressos. Assim sendo, observou-se que a agricultura familiar no município de Juína em específico no caso dos produtores da

APROFEJU possui características bastante simples, e métodos de produção muito tradicionais, que ainda dependem de absorver o progresso técnico, visando facilitar o trabalho familiar e produção cada vez mais e com qualidade cada vez maior.

Sugere-se que novos estudos sejam feitos para um melhor entendimento do que está acontecendo no interior da agricultura familiar em nosso município, o qual forneceria informações importantes para que políticas públicas locais e nacionais pudessem ser criadas com o intuito de uma maior valorização deste segmento que tão importante é ao país. O desenvolvimento da pesquisa da agricultura familiar em especial do caso dos produtores da APROFEJU, nos remete o entendimento do quanto à mesma é importante para a nossa economia haja visto ser responsável pelo abastecimento do comércio local das frutas, legumes e verduras essenciais a nossa mesa diária. Procuramos através de pesquisas, conhecer um pouco mais sobre o assunto, pelo olhar das pessoas que estão mais próximas desta questão no município de Juína – MT e principalmente através da experiência dos próprios produtores.

É evidente que a mão-de-obra é familiar e as propriedades possuem características de minifúndios, ou seja, são de pequeno porte, e também se fundamentam no tripé propriedade, trabalho e família, que são as bases de sustentação ao contexto chamado de agricultura familiar. A experiência foi bastante válida e através deste trabalho esperamos que novos olhares sejam voltados a esta prática que vai além de gerar acúmulo de lucro, mas primeiramente tem por mais importante o sustento da família e a sobrevivência de toda a sociedade.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, G.S de C. **Agricultura familiar**. Texto baseado em Homem de Melo, F. “A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar No Brasil”. Julho de 2006, disponível em www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc. Acesso em 11/10/2009.
- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.
- CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira 1999** - Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em Outubro de 2009
- DIDONET, A. D. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. 2003. Disponível em: <http://www.sectec.go.gov.br/artigos-publicacoes.htm>. Acesso em: Outubro de 2009
- FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. em: **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-41.
- GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.
- INCRA, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fevereiro de 2000. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 10/10/2009.
- OLALDE, A. R; Portugal, C. **A Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf> acesso em 18 de abril de 2009.
- OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em 18 de abril de 2009.
- OLIVEIRA, A. L de. **A feira do produtor rural – manifestação e afirmação da diversidade do rural no mercado de Três Passos, RS**. Trabalho de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2008.
- ROCHA, J. P; SILVA, I. J da; SOUZA, O. N; COSTA, E. V da; LEMES, D, P. em: **Cultivo de hortaliças e a agricultura familiar no município de Juína**. Anais do Simpósio de Ensino, Pesquisa e extensão (SEPE). Santa Maria – RS. 2009.

RCA

REVISTA CIENTÍFICA DA AJES

ISSN

2177-5923

AJES

Faculdades de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena

Juína - Mato Grosso

TOSCANO, L.F. **Agricultura familiar e seu grande desafio. Diário de Votuporanga.** Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira UNESP, Ilha Solteira, a. 50, v. 12.769, p.2, 2003